



3ª CONFERÊNCIA NACIONAL ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

Afirmar o papel estratégico
do Ensino Superior e da Ciência

Resolução sobre a acção reivindicativa

As políticas em curso, sujeitas às imposições dos “mercados” e da troika, patentes no Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 e agora reforçadas na proposta de OE para 2012, estão a pôr em causa a própria viabilidade do ensino superior como o conhecemos.

“Afirmar o papel estratégico do Ensino Superior e da Ciência”, passa, antes de mais pelo combate ao desinvestimento no sector, o que implica, no momento actual, por lutar contra a proposta de Orçamento do Estado para 2012.

Os cortes nas Receitas Gerais das Instituições Públicas do ES, provenientes do OE, de 2011 para 2012, atingem um valor global superior a 250 milhões de euros, o que corresponde a um corte médio de 22% nas transferências do Estado. É esta a medida do brutal desinvestimento no Ensino Superior e na Ciência.

A fatia maior deste corte vai ser suportada directamente por cada um dos que, com o seu trabalho, contribuem para a formação avançada das novas gerações, para fazer avançar o conhecimento científico, para o desenvolvimento cultural e tecnológico do país e das suas regiões. O roubo dos subsídios de Natal e de férias, que corresponde a 14,3% do nosso salário anual, vem somar-se ao corte efectuado este ano que, para muitos docentes e investigadores, foi de 10%, bem como o corte de cerca de metade do subsídio de Natal. Se somarmos os aumentos no IRS e noutros impostos e o bloqueamento das progressões, facilmente concluiremos que temos uma redução salarial real acima dos 30%, só em dois anos. O nosso nível de vida vai recuar até ao século passado. É a maior regressão social de que há memória em Portugal desde, pelo menos, a 2ª guerra mundial.

A outra parcela do corte, anunciada inicialmente como de 8,5%, mas que aumenta ainda por efeito do roubo dos subsídios de trabalhadores, cujos salários não são cobertos pelo Orçamento do Estado, coloca as Instituições, como bem é denunciado pelo CRUP, “em situações extremas, não só quanto à exequibilidade da sua missão, como também no que respeita ao desempenho que das mesmas se espera”.

Consequências imediatas são, entre outras, o despedimento, pela via da não renovação de muitos contratos de docentes convidados, a redução das condições dos contratos, nomeadamente relativas à dedicação exclusiva, o alastramento das situações de elevada precariedade, a redução do período de vigência de muitos contratos. Com o despedimento destes docentes, diminui a ligação do Ensino Superior a muitas realidades profissionais, e a qualidade do ensino, com o aumento do número de alunos por turma, a degradação de equipamentos didácticos e laboratoriais e a sobrecarga do trabalho dos actuais docentes pode ficar seriamente comprometida. Ficam também postos em causa

os apoios à obtenção do doutoramento, sobretudo pelos docentes do Politécnico que dele necessitam para obterem um vínculo estável até 2015, designadamente no que concerne a propinas e dispensa de serviço docente.

Em paralelo, os cortes na acção social escolar vão criar dificuldades acrescidas ou mesmo impedir a frequência de estudantes de meios sociais mais desfavorecidos, agravando ainda mais o atraso substancial de Portugal relativamente aos seus parceiros europeus no que se refere à população com formação superior.

A proposta de lei do OE inclui ainda um verdadeiro atentado à Autonomia Universitária e dos Politécnicos, com o ministro das Finanças a chamar a si as decisões fundamentais relativas à gestão dos recursos humanos, designadamente no que respeita aos recrutamentos. A urgente renovação dos quadros docentes e investigadores, em particular das Universidades, fica uma vez mais adiada, correndo-se o risco de desperdiçar as potencialidades da nova geração de jovens altamente qualificados em que o país investiu.

Acompanhando o clima político geral e aproveitando as medidas que estão a ser efectuadas no sector público, as Universidades e os Politécnicos privados estão também a despedir docentes, a aumentar a carga lectiva e a reduzir unilateralmente salários.

As reduções do rendimento dos docentes, dos trabalhadores da administração pública, como dos demais trabalhadores estão a ser efectuadas com o objectivo/pretexto de combater um défice que não foi provocado pelos trabalhadores e que, no que nos diz directamente respeito, não foi provocado nem pelas Universidades, nem pelos Politécnicos, que não contribuíram para a deterioração das contas públicas, nem concorreram para a perda de competitividade do país.

À luz do que se passou em outros países, designadamente na Grécia, esta política recessiva não vai resolver qualquer problema, antes agravar os problemas estruturais do nosso aparelho produtivo e o atraso económico do país.

O que está a acontecer em Portugal, e na Europa, é uma transferência de rendimentos de uns países para outros, de bens públicos para bens privados, do trabalho e da produção para o capital financeiro.

A crise e as suas consequências não são uma fatalidade e a acção colectiva poderá inverter o rumo das políticas que este Governo quer impor. A defesa do ensino superior, capaz de responder às necessidades do país, está nas nossas mãos, está na mobilização da nossa indignação. Ou os trabalhadores e a sociedade portuguesa se mobilizam ou o nível de desenvolvimento do país pode cair ainda mais e a democracia sair profundamente ferida.

Neste sentido, a Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação da FENPROF, apela a todos os docentes e investigadores que se empenhem no combate pela defesa e afirmação do ensino superior e da ciência.

Assim, com carácter de urgência, no que respeita ao Orçamento do Estado e às suas consequências, é necessário:

- Lutar, em conjunto com todos os professores e todos os trabalhadores da Administração Pública contra o confisco dos subsídios de férias e de Natal e pelo fim do corte nos salários ocorrido em 2011, bem como de parte significativa do subsídio de Natal;

- Lutar contra a diminuição do financiamento público ao ensino superior e à investigação científica e o ataque ao estado social;
- Defender veementemente a Autonomia Universitária e dos Politécnicos;
- Combater os despedimentos e o aumento da precariedade no recrutamento de docentes convidados, de que a generalização dos contratos por semestre ou por 4 meses é a expressão mais recente.

Neste sentido, a Conferência apela a todos os colegas que participem nas próximas acções de luta, nomeadamente na Manifestação Geral da Administração Pública, de dia 12 de Novembro, e na Greve Geral convocada para 24 de Novembro.

Este ataque à escola pública, sem precedentes pela profundidade e diversidade de meios, que tem vindo a ser desenvolvido pelos últimos governos PS e PSD-CDS torna ainda mais imperativa a captação de jovens docentes e investigadores para o movimento sindical docente, pelo que a Conferência considera importante o lançamento, por todos os sindicatos da FENPROF, de uma campanha de sindicalização que seja clarificadora, ao mesmo tempo, do papel central do movimento sindical e da FENPROF na defesa dos direitos gerais da população portuguesa e específicos dos docentes e investigadores.

Em relação às carreiras do Ensino Superior e da Investigação, a Conferência defende que a valorização do Ensino Superior passa por:

- Garantir a efectivação dos direitos previstos no período transitório da revisão do ECDU e ECPDESP:
 - No Ensino Superior Politécnico, dar cumprimento à passagem à carreira de muitos docentes, depois de obtidas as habilitações de referência, pondo fim à situação de precariedade que se arrasta há anos, aumentando a qualificação do corpo docente. Neste sentido, é necessário garantir as condições de dispensa de serviço docente para a realização de doutoramentos e do pagamento das respectivas propinas;
 - No Universitário, garantir que os actuais assistentes e os docentes convidados que se encontram nas condições previstas na lei, passem à carreira como professores auxiliares;
 - No que respeita ao Ensino Superior Politécnico, tal como o regime transitório já prevê, é necessário garantir que os docentes que reúnem todas as condições legalmente previstas para efeitos de apresentação a concurso de promoção mas, porque em algumas instituições estes não tenham tido lugar deverá, por razões profissionais, académicas e de equidade entre docentes de diferentes instituições ser estabelecida uma solução que dê resposta a esta injustiça, nomeadamente a realização de uma prova pública de avaliação de mérito absoluto. Solução idêntica deverá ser encontrada no Ensino Superior Universitário.
- Abrir concursos para as carreiras docente e de investigação, de modo a:
 - renovar os quadros das instituições, permitindo o emprego estável de jovens

altamente qualificados que estão com bolsas de pós-doc e com contratos precários;

- cumprir a percentagem de professores catedráticos e associados determinada no ECDU (50 a 70% do total de professores) e a percentagem de professores determinada no ECPDESP (+ de 70%).
- Garantir o reconhecimento do mérito, cumprindo a legislação em vigor que estipula um aumento salarial pela aprovação em provas de agregação e de habilitação e as progressões.
- Reclamar a suspensão dos processos de avaliação do desempenho que contribuam para a corrosão do ambiente entre os docentes, aumentando a conflitualidade e a competição, em detrimento da colaboração e da colegialidade. Processos que, em vez de servirem os propósitos de melhoria da qualidade do ensino e da investigação, serão instrumentos de bloqueamento ou de atraso das progressões, constituindo mais uma medida de desinvestimento no ensino superior.

No que respeita à propalada necessidade de reorganização da rede do Ensino Superior em Portugal, a Conferência não contesta a necessidade de ajustamentos, mas:

- é contrária a uma reorganização ditada por meros critérios economicistas e de mercado, sob a pressão do “combate ao défice”, não tendo em conta a importância das várias áreas do conhecimento e do papel das instituições no desenvolvimento do todo nacional e das suas diversas regiões;
- apela ao combate às tentativas de despedimento ou de passagem ao regime de mobilidade especial, que decorram de eventuais reorganizações e fusões de instituições.

Em relação, ao Ensino Superior particular e cooperativo, a Conferência:

- considera que deverão ser usados todos os meios legais disponíveis para que, finalmente, seja aprovado e entre em vigor um instrumento regulador negociado com as organizações sindicais, que reduza a arbitrariedade e permita a existência de uma verdadeira carreira docente, com direitos e dignidade equivalentes às existentes no ensino público.

Para a Conferência, afirmar o papel estratégico do Ensino Superior e da Ciência significa, ainda, lutar por instituições fortes, com uma cultura de democracia e de liberdade académica, agentes do desenvolvimento das regiões onde se inserem e do País, e que contribuam para uma efectiva igualdade de oportunidades. Significa, igualmente, impedir a passagem de mais Universidades ou Politécnicos ao regime fundacional e considerar a reversão de regime das instituições que deram este passo.

Lisboa, 4 e 5 de Novembro de 2011